



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

OLGALY GOMES DE ARAÚJO

ANÁLISE DO IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM AROEIRAS – PB

CAMPINA GRANDE – PB

2014

OLGALY GOMES DE ARAÚJO

ANÁLISE DO IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM AROEIRAS – PB

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado ao Curso de Bacharelado
em Administração da Universidade
Estadual da Paraíba, em cumprimento
às exigências legais, para obtenção do
título de Bacharela em Administração.

Área: Gestão Pública

Orientadora: Profa. Dra. Gêuda Anazile
da Costa Gonçalves

CAMPINA GRANDE – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A663a Araújo, Olgaly Gomes de
Análise do impacto do programa Bolsa Família na cidade de
Aroeiras - PB [manuscrito] / Olgaly Gomes de Araújo. - 2014.
25 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Sociais Aplicadas, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Gêuda Anazile da Costa Gonçalves,
Departamento de Administração e Economia".

1. Política pública. 2. Bolsa Família. 3. Educação. 4. Saúde. I.
Título.

21. ed. CDD 361.25

OLGALY GOMES DE ARAÚJO

ANÁLISE DO IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM AROEIRAS – PB

Aprovada em: 22 / 07 / 2014

COMISSÃO EXAMINADORA

Gêuda Anazile da Costa Gonçalves 10,0 (dez)
Profa. Dra. Gêuda Anazile da Costa Gonçalves (UEPB)
Orientadora

Maria Dilmara Guedes 10,0 (dez)
Profa. MSc. Maria Dilmara Guedes (UEPB)
Examinadora

Maria Marluce Delfino da Silva 10,0 (dez)
Profa. Esp. Maria Marluce Delfino da Silva (UEPB)
Examinadora

CAMPINA GRANDE – PB.

ANÁLISE DO IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM AROEIRAS – PB

ARAÚJO, Olgaly Gomes de¹
GONÇALVES, Gêuda Analize da Costa²

RESUMO

O Programa Bolsa Família consiste em uma transferência de renda para famílias que se encontram na linha de pobreza ou extrema pobreza, em contrapartida os beneficiários deste programa terão de cumprir condicionalidades para terem o acesso ao benefício. Este artigo teve como objetivo analisar o impacto que o Programa Bolsa Família exerce sobre as beneficiários residentes em Aroeiras – PB. Para tanto foi desenvolvida uma pesquisa de caráter descritivo e exploratório. O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário estruturado de acordo com o estudo desenvolvido por Saibel (2010), contendo 31 questões objetivas, o mesmo foi aplicado junto a uma amostra de 196 beneficiários o que corresponde a 3,56% do universo da pesquisa. As variáveis analisadas foram: perfil do respondente, educação, saúde e percepção sobre a efetividade do programa. Com os dados obtidos na pesquisa, constatou-se alterações nas condições de vida dos beneficiários quanto a aspectos como saúde, educação, moradia, entre outros. Porém, apesar dos avanços obtidos por este programa, destacam-se os limites de sua efetividade no que se refere a porta se saída do programa.

Palavras-chave: Política pública. Bolsa Família. Educação. Saúde.

ABSTRACT

The Bolsa Família Program consists of a transfer of income to families who are in poverty or extreme poverty, however the beneficiaries of this program will have to meet conditionalities to have access to the money line. This article aims to analyze the impact of the Bolsa Família Program has on the beneficiaries residing in Aroeiras - PB. To do a search for descriptive and exploratory character was developed. The data collection instrument used was a structured questionnaire according to the study by Saibel (2010), containing 31 objective questions, it was applied in a sample of 196 beneficiaries which corresponds to 3.56% of the universe research. The variables analyzed were: the respondent, education, health and perception about the effectiveness of the program listing. With the data obtained in the survey, we found changes in the living conditions of the beneficiaries with regard to aspects such as health, education, housing, among others. However, despite the progress achieved by this program, highlight the limits of its effectiveness with regard to program exit door.

Keywords: public policy. Bolsa Família. Education. Health.

¹ Graduanda em Administração pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: olga.ly@hotmail.com
² Profa. Orientadora Doutora em Recursos Naturais pela UFCG. E-mail: gueda_@homail.com

1 INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família é uma política pública de transferência condicionada de renda criada pelo Governo Federal em outubro de 2003, com o intuito de ajudar as famílias que se encontram numa situação de pobreza e extrema pobreza, uma vez que a pobreza e má distribuição de renda são mazelas que há tempos impedem o desenvolvimento e a inclusão social dessas famílias no Brasil.

De acordo com Oliveira (2009), as políticas públicas assistenciais são políticas que visam atender aos cidadãos que se encontram em setores marginalizados, para assim contribuir para o progresso nacional.

No Brasil diversos programas surgiram como o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação criado a partir de 2001, visando minimizar o nível de pobreza e reduzir as desigualdades sociais. O PBF é a união de outros quatro programas de transferência de renda, como Auxílio Gás, Cartão Alimentação, Bolsa Escola e Bolsa alimentação.

O programa Bolsa Família é um programa de complementação de renda com funções socioeducativas, que faz parte das políticas compensatórias do Governo Federal brasileiro (FARIAS, 2010).

Ferreira (2008) trata a efetividade do programa quando afirma que a porta de saída vislumbrada pelos formuladores do PBF significa em não precisar mais do benefício, pois poderá adquirir sua renda própria, ou seja, o objetivo do programa não é sustentar esse público para diminuir a pobreza e sim oferecer mecanismos para que eles venham no futuro viver sem precisar desse benefício por já ter sua estrutura financeira própria.

Esse estudo tem como base os autores como Santos (2012), Ferreira (2008), Saibel (2010) que desenvolveram trabalhos relacionados ao tema.

Santos (2012) afirma que os Programas de Transferência de Renda passam a ser considerados importantes mecanismos para o enfrentamento da pobreza e como possibilidade de dinamização da economia, principalmente em pequenos municípios encontrados em todo o Brasil.

Na cidade de Aroeiras existem cerca de 19.048 habitantes, distribuídos na zona urbana e rural. O PBF mante-se como uma política de grande importância e foi implementado no ano de 2004 e permanece até hoje, gerando grande movimentação comercial local em vários setores como: supermercados, padarias, lojas em geral, etc. A cidade tem atualmente 5497 beneficiários do Programa.

Diante dessa abordagem é necessário se questionar: Como analisar o impacto que o Programa Bolsa Família causa nos beneficiários na cidade de Aroeiras? Este artigo tem como objetivo analisar o impacto que o Programa Bolsa Família exerce sobre as beneficiários residentes em Aroeiras – PB.

Assim, desenvolver um trabalho sobre o Programa Bolsa Família é de grande relevância, considerando que se trata de uma das políticas públicas que transfere renda para a população que se encontra à margem da sociedade.

O presente trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: Introdução - contextualiza-se o tema em foco, apresenta-se o problema, objetivo e justificativa. Referencial Teórico - resgata-se os principais conceitos sobre políticas públicas, políticas assistenciais, programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família. Metodologia da Pesquisa - descreve-se conceito do tipo de amostra, o tipo da pesquisa, seguido da Descrição e Análise dos Resultados. Por fim, encontram-se as Considerações Finais e as Referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Falar de políticas públicas hoje no nosso país ocasiona muitos questionamentos por parte de grandes estudiosos, onde se sabe que é preciso e até dever do Estado, porém o grande impacto que essas políticas causam é na sua aplicação. Segundo Burlandy (2007), as políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

Sendo assim as políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais. Desse modo as políticas públicas têm origem antiga e foi criada para proporcionar soluções para os problemas da população que se encontravam as margens da sociedade.

Reis (2010) descreve em seu artigo que muitas políticas sociais vêm ao encontro da necessidade de atender a direitos universais estabelecidos constitucionalmente, o que faz das políticas obrigação estabelecida em Lei para os representantes públicos cumprirem.

Através da arrecadação de impostos, o Estado constitui fundos que têm como objetivo assegurar o bem-estar da sociedade. Diversas prioridades disputam esses fundos públicos se os governos enfrentam a sempre difícil decisão de trabalhar corrigindo os problemas decorrentes do passado ou acumular reservas e investir para assegurar a condição econômica das futuras gerações.

Para Cohn (2005), deve-se entender que as políticas sociais estão voltadas para o alívio da pobreza, são aquelas que têm ação e resultado de imediato, direcionadas a classe mais necessitada, buscando a superação da pobreza, e possibilitando um crescimento sustentável destes indivíduos. Cohn (2005) sugere que as políticas sociais devem buscar:

A articulação entre aquelas (ações) de curto prazo, de caráter mais imediatista, focalizada naqueles grupos identificados como os mais despossuídos, e aquelas de longo prazo, de caráter permanente, universalizantes, voltadas para a equidade do acesso dos cidadãos aos direitos sociais, independentemente do nível de renda e da inserção no mercado de trabalho (COHN, 2005, p. 6).

Assim, é difícil determinar apenas um público a ser beneficiado, pois as políticas públicas têm por obrigação apresentar um tratamento diferenciado, além de que deve oferecer uma porta de entrada deve também proporcionar uma oportunidade de saída também para a situação vivida pela classe mais pobre.

É importante analisar que as políticas sociais são voltadas para um público em situação mais crítica, onde a ideia de focalização abrange os direitos sociais e assume que os recursos não são suficientes para atender a todos. De acordo com Dallmann (2011), trata-se de uma política com elevado custo para o Estado, principalmente porque se fala em transferir recursos, como é proposto nos programas de transferências de renda mínima. Se tratando do caso brasileiro, este custo é bem alto, pois a parcela maior da população que é considerada pobre é a que recebe assistência destes programas.

2.2 POLÍTICAS ASSISTENCIAIS

Segundo Saibel (2010), a assistência ao próximo é uma ação antiga na humanidade. No Brasil a assistência social esteve atrelada às ações da Igreja. Desta forma, voluntários assumiam a responsabilidade pelo enfrentamento dos problemas das classes mais empobrecidas, sob a visão do dever moral de oferecer ajuda e prevalecendo o caráter assistencialista.

Vale salientar que o significado de pobreza também abrange exclusão, diante dessa discussão Gazzoto (2006), relata que a exclusão, em sua essência, é multidimensional, manifestando-se de várias maneiras e atingindo as sociedades de formas diferentes, e os países pobres afetados com maior profundidade. Os principais aspectos em que a exclusão se apresenta dizem respeito à falta de acesso ao emprego, a bens e serviços, e também à falta de segurança, justiça e cidadania.

Assim, observa-se que a exclusão se manifesta no mercado de trabalho, no acesso à moradia e aos serviços comunitários, a bens e serviços públicos, a terra, à educação, entre outros. Sendo assim inúmeros cidadãos brasileiros não possuem nenhuma capacidade financeira de contribuir para o ministério da previdência social ficando assim vulnerável a inúmeras situações, contudo as pessoas que possuem este perfil são asseguradas, pois as mesmas podem ser incluídas no sistema único de Assistência social que possuem suas ações voltadas para a Política de Seguridade Social não contributiva.

O Ministério da Previdência e Assistência Social foi criado em 1977, a assistência social uniu-se ao sistema de proteção social, sua execução e de forma centralizada e com a ação exclusiva da esfera federal. Para Farias (2010) a assistência social, como política social pública, fez parte das conquistas democráticas de diferentes segmentos da sociedade, resultado de uma ampla reforma do Estado.

No mesmo estudo Farias (2010), relata que instituição da Seguridade Social na Constituição Federal de 1988, composta pela política da Saúde, Previdência Social e pela Política de Assistência Social, introduz-se uma nova concepção na execução e implantação das políticas sociais. Neste sentido, a assistência social, passa a ser uma política de responsabilidade do Estado, voltada ao combate da pobreza e inclusão social e busca romper com o caráter assistencialista, passando a incorporar conceitos de equidade, direito e emancipação social.

Desse modo a assistência social como política pública é um importante instrumento mecanismo de inclusão social e tem como princípios o enfrentamento da pobreza e a garantia dos direitos mínimos (FARIAS, 2010). Todos possuem direito a uma vida de dignidade e igualdade, a assistência social vem nesse sentido assegurar esse direito, pois permite que os cidadãos brasileiros que se encontram em situação desfavorável quanto à saúde, educação, moradia, entre outros possam ter acesso a esse mecanismo que funciona como uma ponte de acesso aos direitos mais básicos necessários a vida.

2.3 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – PBF

De acordo com Osorio et.al. (2006), os programas brasileiros de transferência direta de renda à população de baixa renda são importantes porque sem eles dificilmente a erradicação da pobreza e a redução da desigualdade a níveis toleráveis serão possíveis dentro de um horizonte de tempo razoável, ou seja, são medidas necessárias que atingem resultado a curto prazo.

Mesmo sem ter uma longa história e sem atingir toda a população elegível, eles têm tido o condão de aliviar ou sanar a pobreza de milhões de brasileiros. Segundo Freitas et.al.(2010), embora esses programas seguramente não constituam uma solução única e permanente para os problemas sociais do país, não há dúvida de que devem fazer parte de qualquer proposta séria de promoção de uma sociedade mais justa.

Para Freitas et al. (2010), os Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCRs) têm ganhado popularidade nos países em desenvolvimento. Esses programas consistem essencialmente na transferência de quantias em dinheiro para famílias pobres. A transferência é condicionada por se exigir uma ou várias contrapartidas da família beneficiada, como, por exemplo, zelar pela frequência de seus filhos à escola.

Em seu estudo sobre o respectivo tema, Silvia (2010) afirma que estudos sobre a questão da focalização dos programas de transferência de renda no seu público-alvo têm demonstrado poder maior de focalização desses programas em relação a outros programas sociais.

O Programa Bolsa Família (BF) foi criado em 2003 pelo governo federal como resultado da fusão de quatro programas até então existentes: Auxílio Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação (DALLMANN, 2011). Atualmente o principal programa de transferência de renda do Governo federal é o Bolsa Família, pois o mesmo busca auxiliar as famílias beneficiadas em todos os aspectos, além de incentivá-los a buscar sua individualidade financeira.

O Programa Bolsa Família, criado pela medida provisória nº 132, de 20 de Outubro de 2003, transformada na Lei no 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004, é o principal brasileiro fez uma escolha de solução corretiva, através de uma redistribuição material pela transferência direta de renda às famílias identificadas como as mais vulneráveis. O programa tem por finalidade o alívio imediato das situações de pobreza e pobreza extrema, visando em especial à segurança, alimentação de famílias que têm crianças e adolescentes. Ao mesmo tempo em que exige como contrapartida

que as famílias beneficiárias sejam acompanhadas pelos serviços públicos de saúde e que as crianças e adolescentes estejam na escola.

Analisando-se o impacto do Bolsa Família sobre os beneficiários, ao nível dos territórios, segundo Oliveira (2009), a sua apropriação é distinta, segundo a configuração da economia e a consequente dinâmica dos mercados de trabalho territorialidades. Enquanto nas regiões metropolitanas, onde prevalece o trabalho assalariado e protegido, o Bolsa Família tem caráter complementar, nas regiões rurais ele tem se constituído um mecanismo significativo de acesso à renda.

Em um respectivo estudo sobre o tema em questão o autor Silva (2010) relata que o programa Bolsa Família, embora coloque a família como central, não cria condições para que ela exerça seu poder; transfere responsabilidades pela permanência das crianças na escola, além de outras obrigações, mas não oferece políticas sociais que a incluam numa rede de proteção social.

Já para Reiset.al. (2010), o PBF representa um avanço considerável no combate à fome no Brasil, possibilitando uma melhoria no acesso à alimentação de muitas famílias pobres brasileiras, logo é possível afirmar que existe uma contribuição do mesmo para a melhoria do estado nutricional das crianças assistidas por ele.

Segundo o Governo Federal:

O Programa pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza: promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família; reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações; coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

O Programa Bolsa Família foi implantado com a finalidade de mudar a vida das famílias beneficiadas, o governo federal impôs as condicionalidades ao benefício a fim de torná-lo mais eficaz, uma vez que só terá direito ao benefício aquele que cumprir tais condições.

2.3.1 Condições de acesso ao PBF

O governo federal seleciona as famílias que irão se beneficiar do programa bolsa família através do Cadastramento Único (Cad-Único), ou seja, esse cadastramento assemelha todas as informações sobre as pessoas que tem a possibilidade de participar do PBF entre

outros programas sociais, sendo assim há a possibilidade de um maior controle na seleção dessas famílias uma vez que a condição financeira não é o fator único de qualificação de pobreza, mais outros aspectos de fragilidade social, como a saúde, educação, saneamento básico, que são essenciais para uma digna qualidade de vida.

O PBF é um programa que exige algumas condições para que o beneficiário se mantenha no programa, ou seja, o cumprimento dessas condições é favorável a possibilidade de acesso e inserção tanto da população pobre nos serviços sociais básicos como o favorecimento da interrupção do ciclo de reprodução da pobreza, dando oportunidade de que os beneficiários encontrem a ‘porta de saída’ do Programa (SENNÁ et. al., 2007). As condicionalidades exigidas pelo programa focam-se principalmente nas áreas da saúde e educação, visando aumentar o acesso a esses direitos que ainda são muito carentes no nosso país.

3 METODOLOGIA

Com o objetivo de analisar o impacto do programa Bolsa Família na cidade de Aroeiras, optou-se por uma pesquisa descritiva de caráter exploratória, que segundo Gil (2010, p. 27), “[...] tem como objetivo a descrição das características de determinada população, podendo ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis”. É exploratória por proporciona maior familiaridade com o problema, abrindo espaço para construir hipóteses (GIL, 2007).

O universo desta pesquisa é composto por 5497 beneficiários domiciliados na cidade de Aroeiras, para realização da presente pesquisa foi estabelecida uma amostra por acessibilidade, que segundo Gil (2011), é um tipo de amostragem que é destituída de rigor estatístico e que permite ao pesquisador selecionar os elementos que tem acesso admitindo que estes possam de alguma forma representar o universo.

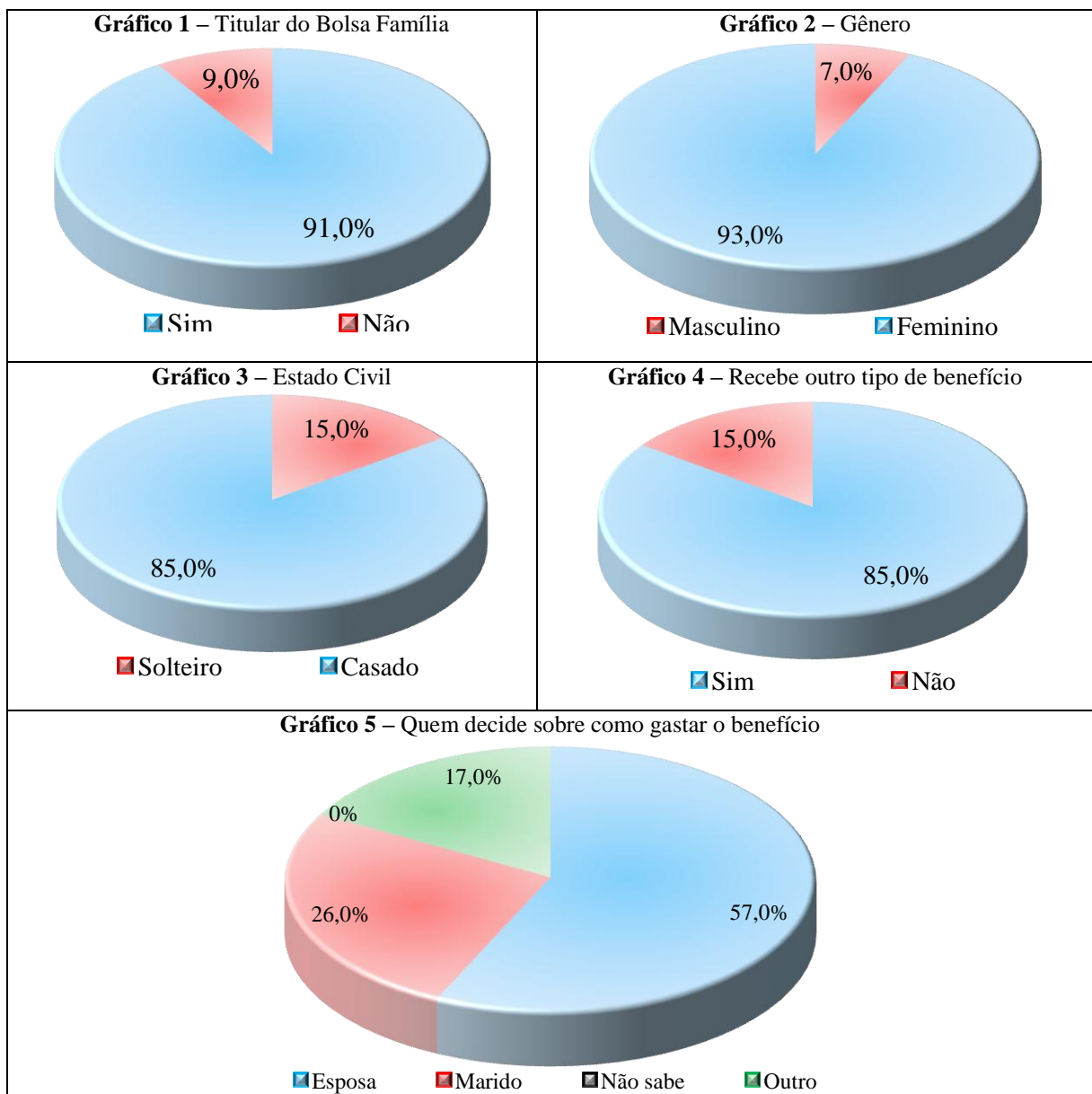
O instrumento utilizado na coleta de dados foi um questionário estruturado com questões objetivas, para elaboração do mesmo tomou-se como base o estudo de Saibel (2010), constituído de 31 questões de múltipla escolha usando a escala de Likert. Aplicado a 196 beneficiários do Programa Bolsa Família. O instrumento de pesquisa foi elaborado levando em consideração as seguintes variáveis: perfil dos entrevistados, aspecto sobre a saúde, educação, expectativa em longo prazo em relação ao programa. Os dados coletados obtidos com este trabalho foram dispostos em gráficos informativos de superfície do programa MS

Excel 2007, a análise dos dados foi através da frequência relativa e absoluta, cujo objetivo foi o de analisar o impacto que o Programa Bolsa Família exerce sobre as beneficiários residentes em Aroeiras – PB.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 PERFIL DO BENEFICIÁRIO

Quanto ao perfil dos respondentes, os Gráficos (1 a 5), ilustram os resultados.

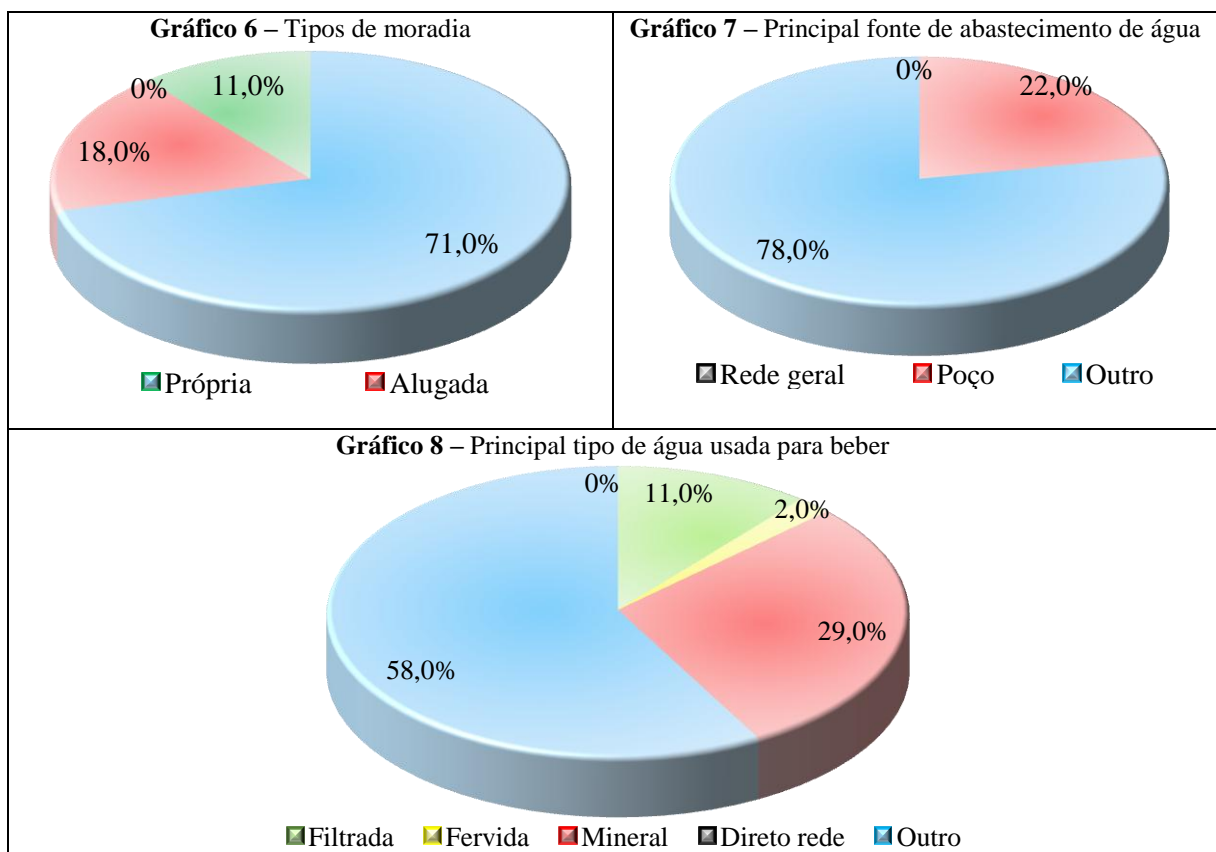


Fonte: Pesquisa direta, 2014.

De acordo com o gráfico 1 os dados indicam que 91,0% dos respondentes são titulares e 9,0% não são. Já no gráfico 2 verificou-se que 93,0% são do sexo feminino, o que favorece o cumprimento da lei N 10.839, de 9 de janeiro de 2004, que trata das normas do Programa Bolsa Família e, esclarece que as mulheres têm prioridade no recebimento do benefício. Quanto ao estado civil, o gráfico 3, mostra que 85,0% são casados e apenas 15,0% dos respondentes são solteiros, em se tratando sobre o recebimento de outros benefícios, o gráfico 4 mostra que 85,0% responderam que sim, como bolsa estiagem, seguro safra, entre outros. O gráfico 5 relata que 57,0% responderam que é a esposa quem decide sobre o gasto do benefício, o que Gazotto (2006) destaca que o conceito de família ao longo dos tempos foi sendo modificado e a mulher passou a centralizar o comando dos gastos da família e esta passou a ser mais abrangente.

4.2 CONDIÇÕES DO AMBIENTE FAMILIAR

Os gráficos (6 a 8), expostos a seguir, ilustram o tipo de moradia e infraestrutura que dispõem os respondentes.

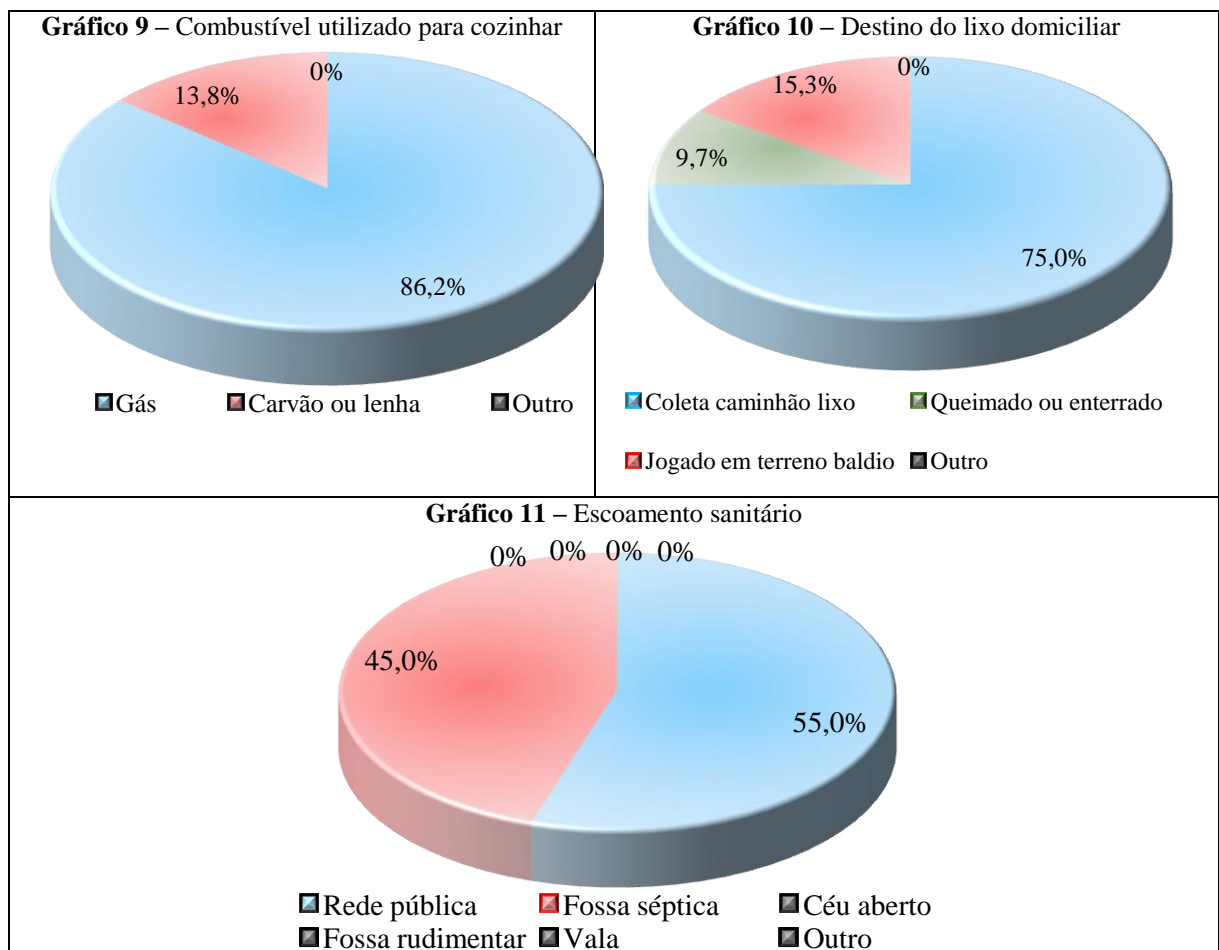


Fonte: Pesquisa direta, 2014.

O gráfico 6 relata que com relação ao tipo de moradia, 71,0% dos respondentes indicam que moram em casa própria, o que demonstra que as famílias não tendem a desviar o dinheiro do Programa para pagamento de aluguel, até por que esse não é seu objetivo.

Em relação à fonte de abastecimento de água, o gráfico 7 mostra que 78,0% dos respondentes assinalaram a alternativa “Outros”, que pode ser entendido como barragens e açudes, já que a cidade não dispõe de rede de encanamento de água, ainda se tratando da fonte de abastecimento, 22,0 % assinalaram a alternativa “Poço”, vale ressaltar que água de poço, naquela região, é imprópria para o consumo já que não possui nenhum tratamento, podendo provocar doenças a longo prazo.

O gráfico 8 demonstra que com relação à água utilizada para beber, 58,0% assinalaram a alternativa “Outros”, o que indica que essa água não passa por nenhum tipo de tratamento antes de ser consumida. Seguidos de 29,0% que utilizam água mineral, enquanto 11,0% filtram a água antes de beber e, apenas 2,0% fervem a água, o que indica a falta de informações quanto ao risco, do não tratamento da água para a saúde.



Fonte: Pesquisa direta, 2014.

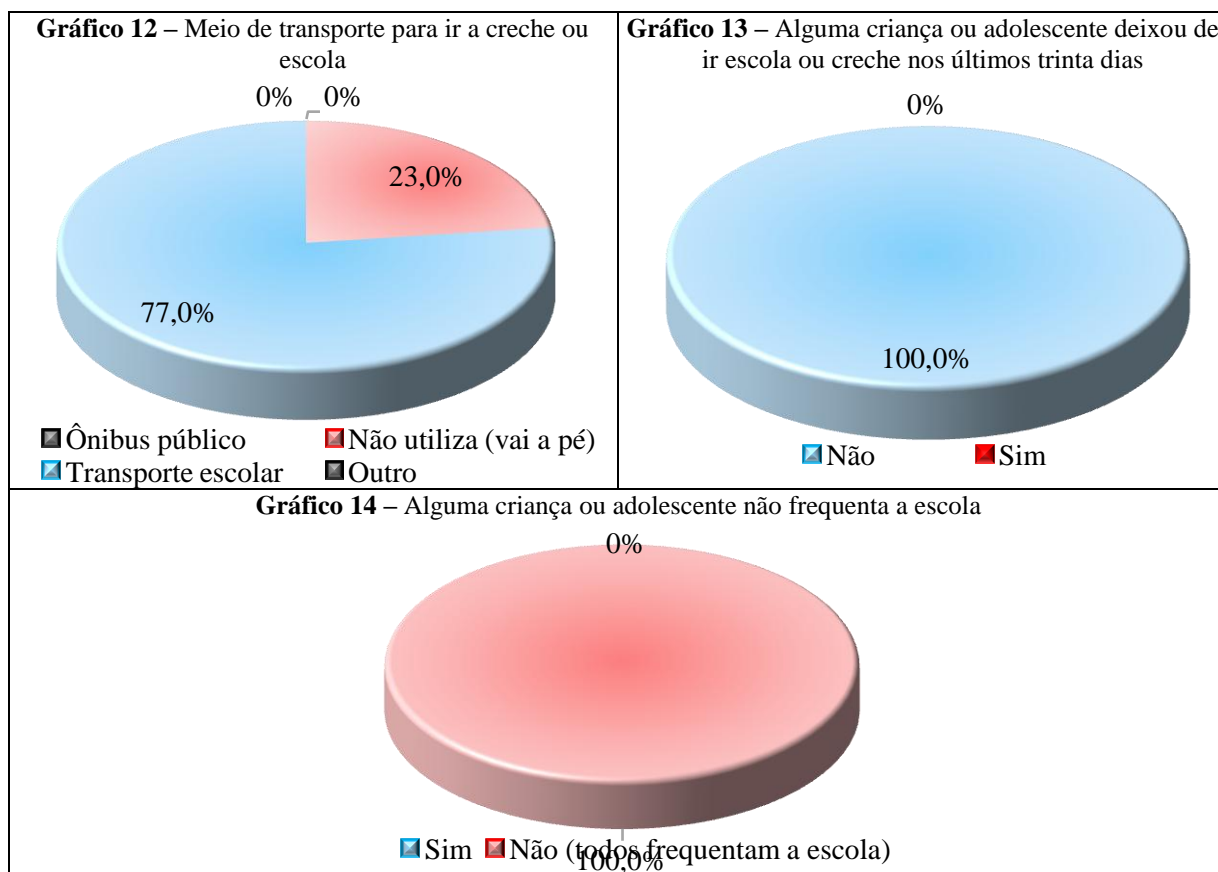
O gráfico 9, sobre o principal tipo de combustível utilizado, 86,0% dos respondentes afirmaram que é o gás, enquanto 14,0% apontaram o carvão ou lenha. Apesar dos respondentes residirem em zona rural, é expressiva a porcentagem dos que fazem uso do gás como combustível principal, indicando que os meios tradicionais de cozimento de alimentos tende, paulatinamente, a ser substituído.

Quanto ao destino do lixo, o gráfico 10 revela que 63,0% informam que a coleta é feita pelo caminhão de lixo, 22,0% queimam ou enterram e, 15,0% jogam em terrenos baldios, o que causa um impacto negativo, já que prejudica a saúde.

O gráfico 11 demonstra que, com relação ao escoamento sanitário, 55,0% dos respondentes, assinalaram rede pública, o que indica que o município, nesse aspecto, possui infraestrutura adequada. Vale ressaltar que 45,0% indicam fossa séptica como forma de escoamento, fato que pode está ligado a cultura do morador da zona rural.

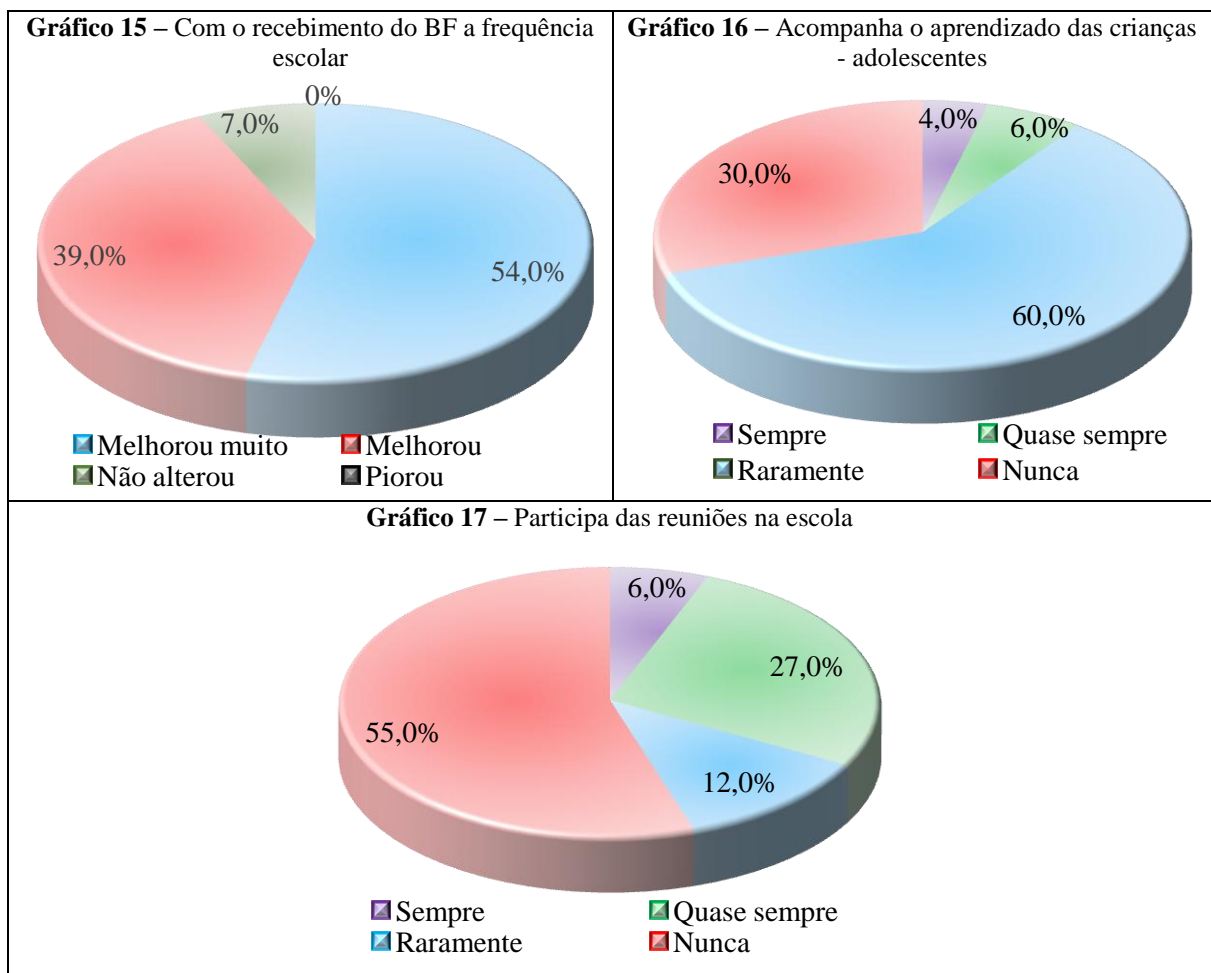
4.3 EDUCAÇÃO

A educação formal é uma variável indispensável a análise do PBF, tendo em vista que esta é uma das condicionalidades do mesmo. Os gráficos (12, 13 e 14) ilustram tal aspecto.



Fonte: Pesquisa direta, 2014.

Em se tratando do principal meio de transporte utilizado para ir à escola, o gráfico 12 aponta que 77,0% informaram utilizar ônibus escolar disponibilizado pelo município. O gráfico 13 mostra que, quando questionados sobre se havia alguma criança ou adolescente que deixou de ir à escola nos últimos 30 dias, 100,0% responderam que não. Enquanto o gráfico 14 mostra que, quando perguntados sobre se havia alguma criança ou adolescente que não frequenta a escola, 100,0% responderam que não, que todos frequentavam a escola. Vale salientar que de acordo com a lei n 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para crianças com até 15 anos de idade e para os adolescentes entre 16 e 17 anos é obrigatória a comprovação de até 75,0% da frequência escolar. Nesse sentido, a pesquisa indica que os respondentes têm a preocupação com a frequência escolar.



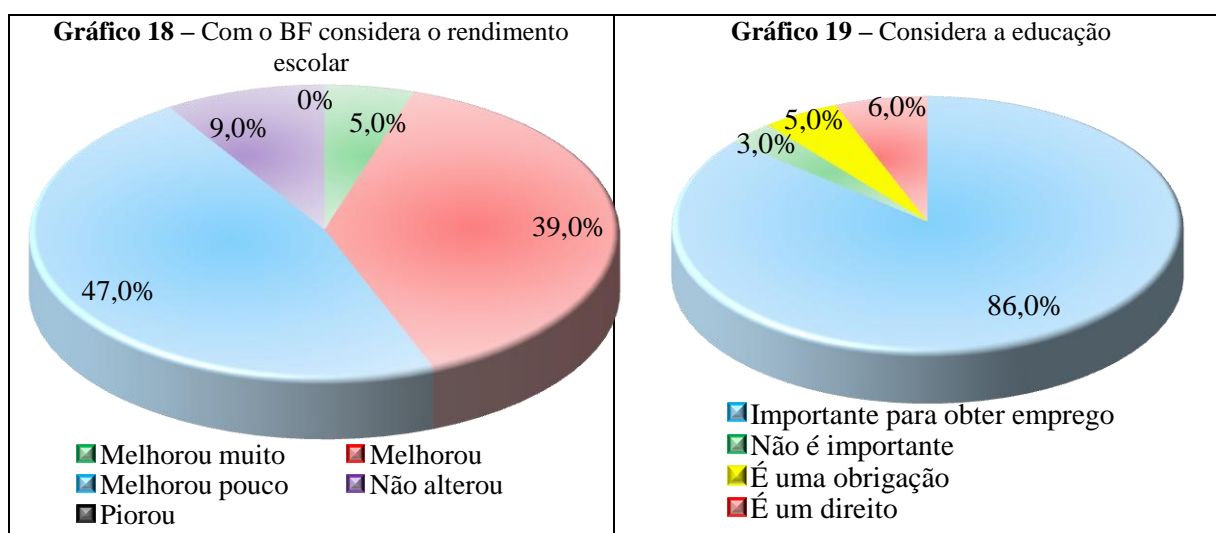
Fonte: Pesquisa direta, 2014.

Quando questionados sobre o impacto do Programa Bolsa Família na frequência escolar, o gráfico 15 relata que, 7,0% dos respondentes afirmaram não haver alteração da frequência antes e após o referido programa, enquanto 39,0% reconhecem que a frequência

melhorou após o recebimento do benefício e, 54,0% indicam que houve uma melhora significativa da frequência após o programa. Como a frequência do aluno a escola é uma condicionalidade do Programa Bolsa Família, os dados indicam que a maioria dos respondentes relaciona a frequência ao recebimento do benefício. O que não se pode dizer que o exercício de cidadania está sendo exercido efetivamente já que ao fato da frequência escolar para esse público está sendo ligado ao recebimento da Bolsa.

O gráfico 16 mostra que quanto aos dados relativos ao acompanhamento do aprendizado das crianças e adolescentes têm-se: 4,0% dos respondentes optaram pela alternativa “Sempre”. 6,0% “Quase Sempre”. 30,0% “Nunca” e, 60,0% “Raramente, o que indica que esses pais não participam em casa da educação dos filhos, fato que pode ser justificável pela cultura dos mesmos.

Em se tratando de participações em reuniões escolares o gráfico 17 indica que 55,0% dos respondentes optaram pela alternativa “Nunca”, seguidos 27,0% quase sempre, 12,0% raramente, e, 6,0% participam, indicando que a cultura dos pais reflete nesse posicionamento sobre a educação dos filhos, fatores como residirem na zona rural, nível de escolaridade dos pais, etc; podem portanto justificar esse comportamento. De acordo com Farias (2010), a escola configura-se como um importante espaço de exercício de cidadania, no qual a interação entre pais e professores auxilia na resolução de problemas escolares.

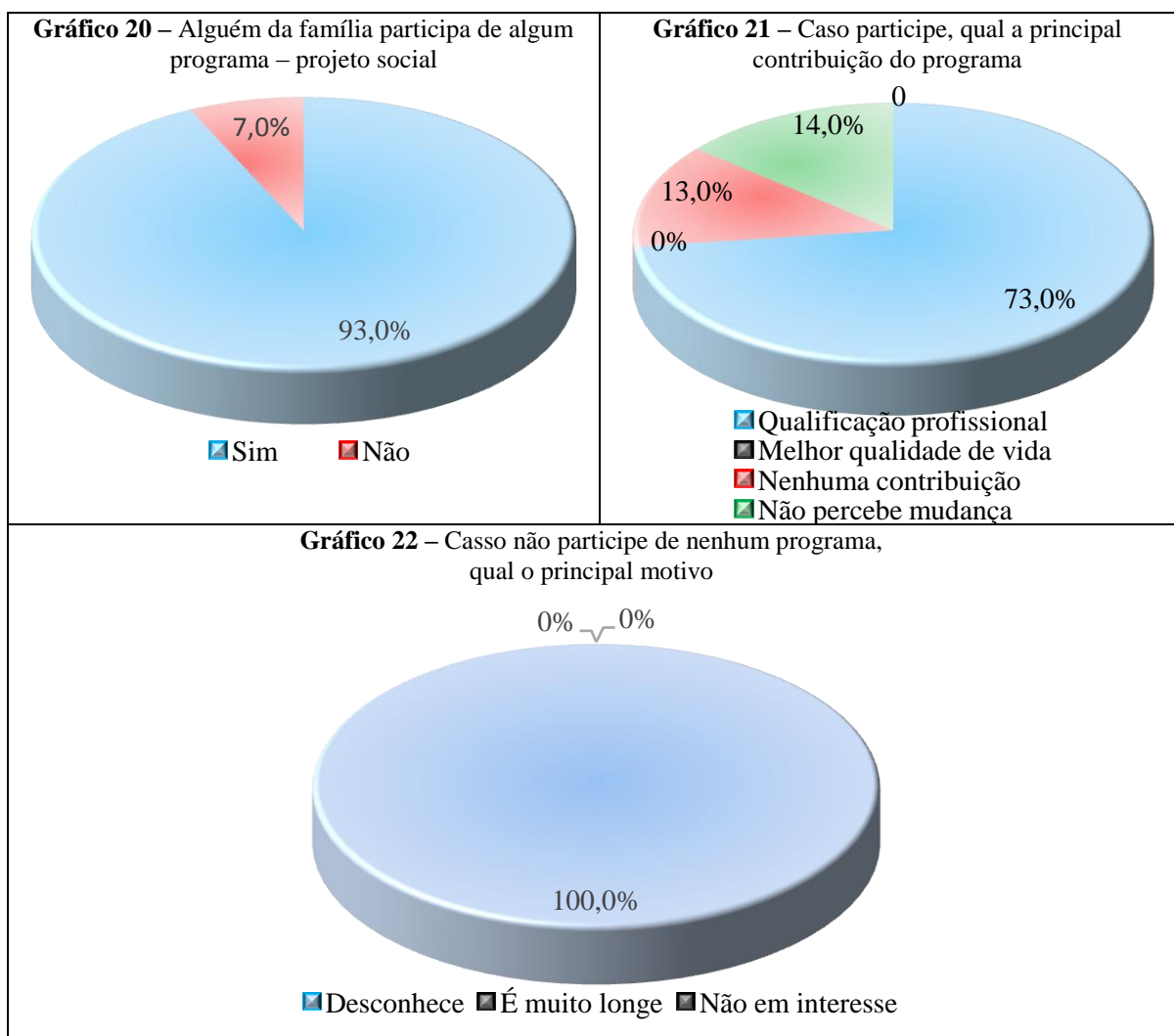


Fonte: Pesquisa direta, 2014.

O gráfico 18 demonstra que quando abordados sobre a relação entre o Programa Bolsa Família e o rendimento escolar das crianças e adolescentes 47,0% assinalaram a alternativa “Melhorou pouco”, seguidos de 39,0% Melhorou, 9,0% optaram pela alternativa “ Não

alterou” e 5,0% Melhorou muito. O que demonstra que os beneficiários reconhecem que embora a frequência escolar aumente o rendimento e um fator que engloba outros fatores como infra estrutura das escolas, profissionais capacitados, entre outros.

O gráfico 19 mostra que sobre a percepção do beneficiário quanto a importância da educação tem-se: 86,0% reconhecem a importância da educação para o mercado de trabalho seguidos de 6,0% que consideram um direito, 5,0% uma obrigação e 3,0% não é importante. Indicando que a maioria dos respondentes independente do grau de instrução que possuem consideram a educação um fator decisivo no mercado de trabalho.



Fonte: Pesquisa direta, 2014.

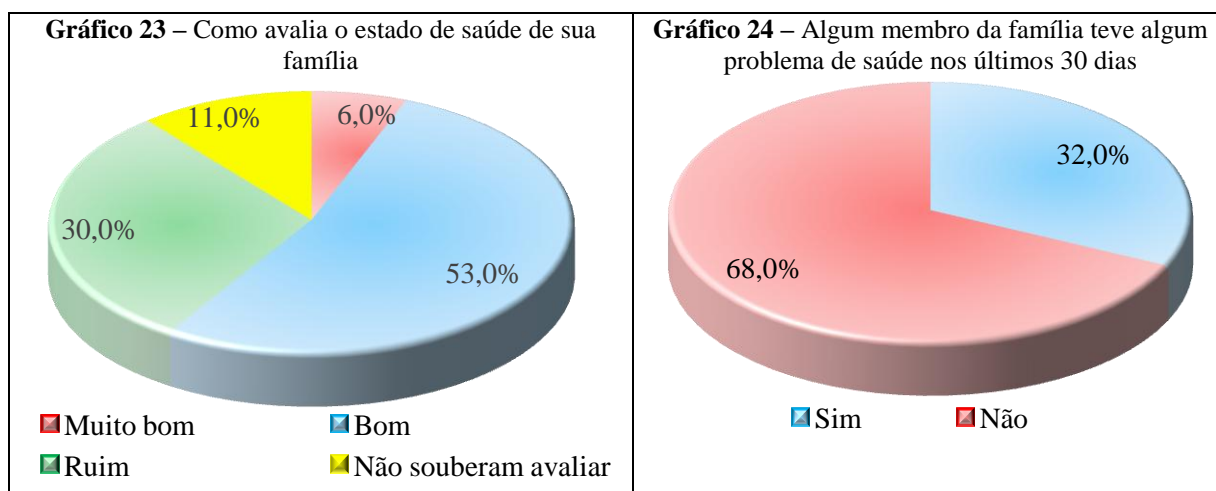
O gráfico 20 mostra que quanto a participação em programas ou projetos sociais 93,0% dos respondentes afirmaram que sim e apenas 7,0% que não.

O gráfico 21 demonstra que para 73,0%, dos que afirmaram participar de programas ou projetos sociais, a qualificação profissional tem sido a principal contribuição, 14,0% que

não percebem mudança e 13,0% afirmam não haver nenhuma contribuição. O gráfico 22 revela que 100,0% dos que informaram não participar de programas ou projetos sociais, afirmaram que o motivo da não participação é a falta de interesse. Entre os projetos citados estão: música, dança, Projeto Adolescente Empreendedor, PETI.

4.4 SAÚDE

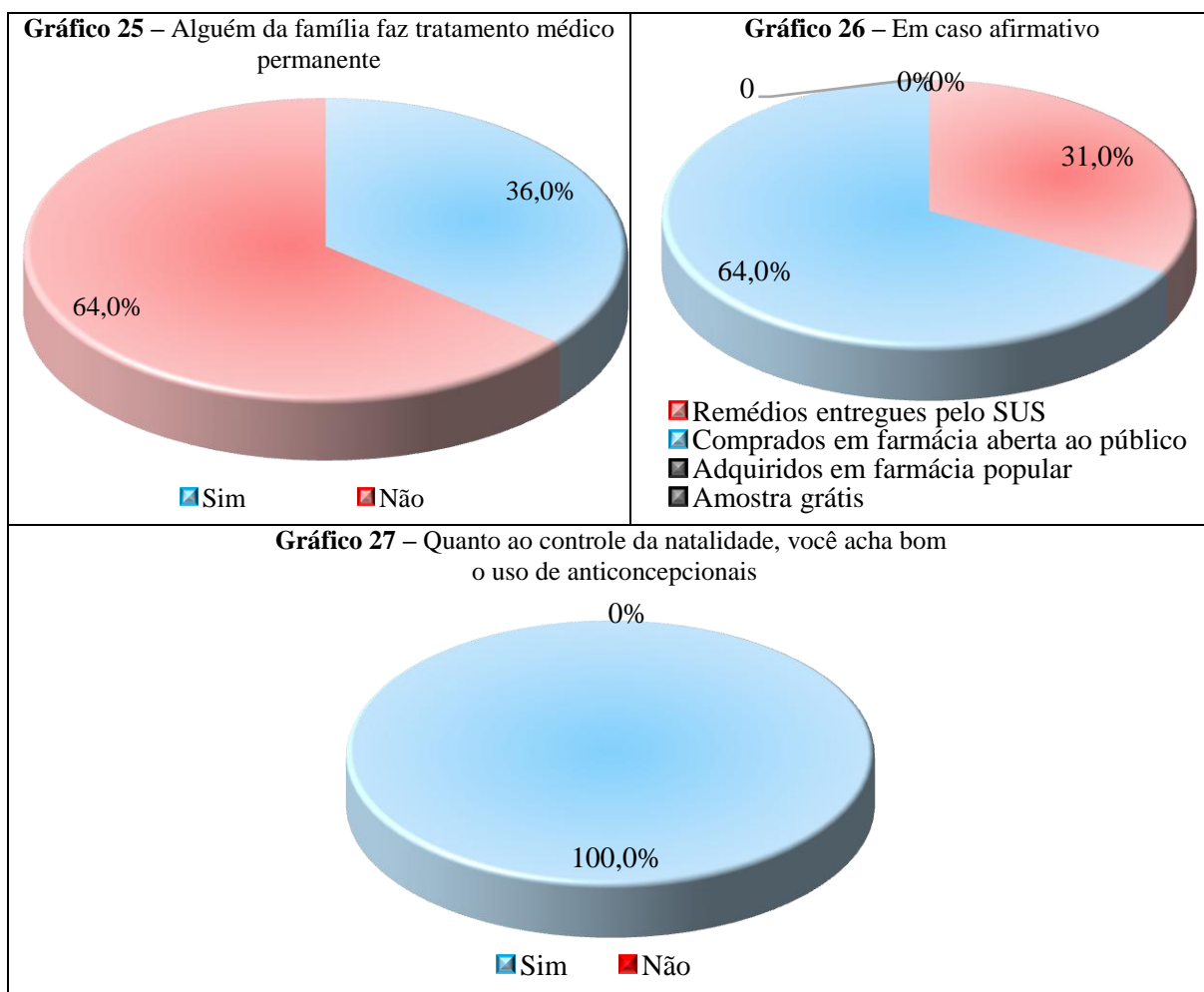
O Programa Bolsa Família tem como uma das condicionalidades o acesso das famílias aos serviços básicos de saúde. Assim sendo, gestantes, nutrizes e crianças devem ter pré e pós-natal, vacinação e, acompanhamento nutricional. Os gráficos abaixo ilustram os dados relativos a saúde dos beneficiários.



Fonte: Pesquisa direta, 2014.

No questionamento de como avalia o estado de saúde da família, o gráfico 23 mostra que 53,0% dos respondentes consideraram bom, 30,0% consideram ruim, 11,0% não souberam avaliar, e 6,0% assinalaram a alternativa “Muito Bom”. Mostrando assim que de maneira geral para a maioria dos respondentes a saúde dos mesmos encontra-se numa situação positiva.

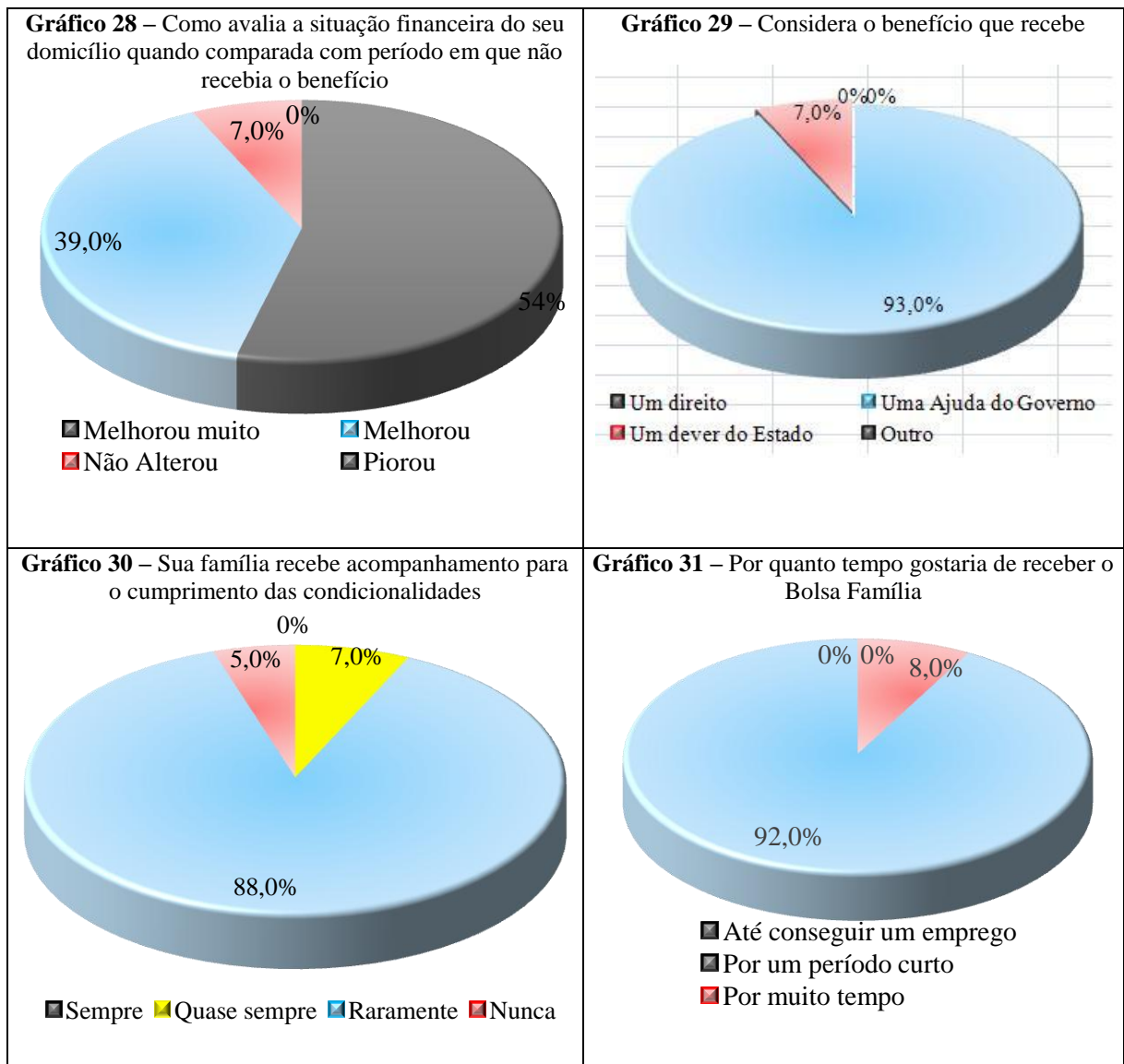
O gráfico 24 revela que quando questionados sobre a ocorrência de problemas de saúde nos últimos 30 dias, 68,0% responderam que não, enquanto 32,0% responderam que sim.



Fonte: Pesquisa direta, 2014.

O gráfico 25 mostra que quando questionados sobre a existência de algum membro da família em tratamento médico permanentemente, 36,0% assinalaram a alternativa afirmativa, já o gráfico 26 revela que desses 69,0% compram medicamento em farmácia aberta ao público e 31,0% recebem do SUS. O que indica uma maior acessibilidade desses na compra dos medicamentos. O gráfico 27 demonstra que quanto ao questionamento sobre o controle da natalidade, 100,0% responderam que acham bom o uso de anticoncepcionais, o que demonstra que existe uma preocupação com relação a estrutura familiar.

4.5 PERCEPÇÃO DO PBF



Fonte: Pesquisa direta, 2014.

O gráfico 28 revela que com relação à situação financeira do domicílio em comparação ao período em que não recebia o benefício, 91,0% responderam que Melhorou Muito. 5,0% que melhorou pouco e, 4,0% que está melhor, o que demonstra satisfação dos beneficiários com o benefício recebido.

O gráfico 29 indica que a percepção dos respondentes quanto ao benefício recebido via Programa Bolsa Família é a seguinte: 93,0% compreendem o mesmo como uma ajuda do governo, 7,0% entendem que é uma ajuda do Estado, o que corrobora com Dallmann (2011) que afirma que o clientelismo e o paternalismo marcaram os programas governamentais, deixando marcas na memória dos cidadãos.

Sobre o acompanhamento do programa, o gráfico 30, mostra que 88,0% responderam que sempre ocorre, o que indica um fator positivo para com a fiscalização do programa, evitando assim fraudes.

O gráfico 31 demonstra que ao serem questionados a respeito de por quanto tempo gostariam de receber o benefício, 92,0% responderam que para sempre, e 8,0% por muito tempo, o que demonstra que os beneficiários não querem se desligar do programa, o que demonstra que os beneficiários não enxergam a porta de saída do programa ou estão acomodados com o mesmo, ao ponto de não reconhecerem a hora de sair do Programa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Bolsa Família é direcionado às famílias que se enquadram num contexto de pobreza ou extrema pobreza, com a finalidade de auxiliá-las financeiramente para que as mesmas não se encontrem mais à margem da sociedade. O Programa é fruto das políticas assistenciais que surgiram no surgiram no século XIX, sendo que o PBF foi implantado pelo governo federal em 2003 e tornou-se lei.

Com base na análise dos resultados, pode-se observar que com relação ao perfil dos beneficiários a maioria dos beneficiários são do sexo feminino e são as mulheres, em sua maioria também, as responsáveis pelo gasto do benefício, favorecendo assim ao que a lei propõem que deve-se dar preferência as mulheres para o pagamento do valor do benefício.

Com relação as condições do ambiente familiar a pesquisa revelou que de maneira geral as famílias se encontram numa situação favorável em vários aspectos, onde a maioria moram em casa própria, fazem a coleta de lixo no caminhão, o escoamento sanitário e feito em rede pública, apesar que com relação a principal fonte de abastecimento de água os respondentes mostraram que existe um deficiência já que a cidade não dispõem de rede geral de água, mostrando que deve-se haver uma atitude do poder público com relação a esse aspecto já que influenciará na saúde dos mesmos.

No aspecto educação a pesquisa revelou que os beneficiários em sua maioria não têm os cuidados com o acompanhamento das crianças e adolescentes com suas atividades escolares, fato que pode ser justificado pela cultura dos pais, como por exemplo, morarem na

zona rural. Porém conclui-se que para a maioria existe um interesse em participações programa-projeto sociais, o que passa a contribuir para com a educação dos mesmos.

Com base na análise de resultados sobre a saúde conclui-se que a saúde dos beneficiários encontra-se em situação favorável em sua maioria, e embora para aqueles que fazem tratamento permanentemente existe um poder de compra dos medicamentos para a maioria.

Concluindo este estudo, sobre a percepção do PBF pelos beneficiários observa-se que para a maioria houve uma melhoria na situação financeira quando comparada com antes do recebimento, porém a pesquisa revelou que os beneficiários não têm conhecimento do que é PBF, considerando assim uma ajuda do governo e não tendo a visão de uma porta de saída do Programa, desejando permanecer em sua maioria para sempre no Programa. Sendo assim torna-se necessário o esclarecimento para os beneficiários do que é o Programa e que deve-se haver uma porta de saída para os mesmos não precisarem mais do PBF.

REFERÊNCIAS

BURLANDY, Luciene. et. al. **Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira?** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n1/v10n1a10.pdf>> Acesso em: 02 abr. 2014.

DALLMANN, João Matheus Acosta, LAGO, Mara Coelho de Souza. **A importância da etnografia nas pesquisas interdisciplinares: uma abordagem para o estudo do Programa Bolsa Família em Florianópolis, SC.** Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1984-8951.2012v13n103p60/23795>> Acesso em: 28 jan. 2014;

FARIAS, Carlos Thiago de. **Eficácia, eficiência e efetividade do Programa Bolsa Família no município de Cruz do Espírito Santo/PB.** Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/caos/n15/3%20artigo%20carlos%20tiago.pdf>> Acesso em: 02 fev. 2014;

FERREIRA, Maria da Glória Cardoso, CHRISTOPOULOS, Tania Pereira. **A Influência do Programa Bolsa Família sobre o Comportamento de Consumo da Baixa Renda.** Disponível em: <<http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/104/342#U5LYgSjK2bI>> Acesso em: 08 jan. 2014;

FREITAS, Rosana de C. Martinelli. **O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n1/v10n1a08.pdf>> Acesso em: 12 fev. 2014;

GAZOTTO, Mireille Alves. **A contribuição profissional e qualificada do assistente social no Programa Bolsa Família.** Disponível em: <<http://www.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/156/189>> Acesso em: 26 nov. 2013.

OLIVEIRA, Tatiana. **Bolsa Família e objetivos de desenvolvimento do milênio:** integração entre plano interno e externo para a difusão de boas práticas. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/publications/mds/36P.pdf>> Acesso em: 25 fev. 2014.

OSORIO, Rafael G., SOARES, Sergei S. D., SOUZA, Pedro H. G. F. de. **Uma metodologia para simular o Programa Bolsa Família.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1654.pdf> Acesso em: 05 dez. 2013;

REIS, Cristiane Queiroz, SILVA, Lucimeiry Batista da. **Análise da aplicação do Programa Bolsa Família sob a perspectiva dos beneficiários no município de Pombal/PB.** Disponível em: <http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/analise_da_aplicacao_do_programa_bolsa_familia_sob_a_perspectiva_dos_beneficiarios_no_municapio_de_pombalpb_1343917144.pdf> Acesso em: 12 jan. 2014;

SAIBEL, Rita Regina Soares. **Programas de transferência de renda: impacto do Programa Bolsa Família em Canoinhas (SC).** Disponível em: <http://www.unc.br/mestrado/editais/disserta%20C3%A7%C3%A3o_final_rita_saibel.pdf> Acesso em: 20 mar. 2014;

SANTOS, Eurico A. Gonzalez Cursino dos. **Estudo referente aos programas sociais governamentais em funcionamento atualmente.** Senado Federal – Secretaria de Comissões/ Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes/ Comissão de Assuntos Sociais. Outubro de 2012 http://www.senado.gov.br/web/comissoes/cas/es/ES_ProgramasSociais1.pdf Acesso 04 nov. 13.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Bolsa Família:** problematizando questões centrais na política de transferência de Renda no Brasil. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n6/v12n6a04.pdf>> Acesso em: 13 mar. 2014.

COHN, A. Políticas sociais e pobreza no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas nº 12, jun./dez. 2005. Brasília. www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp12/parte1.pdf. Acesso 02/02/14